AS ARMAS DA POLÍTICA OS LEVELLERS E O EXÉRCITO PARLAMENTAR

FILIPE FURTADO*

Poucos aspectos da vida dos povos suscitam em regra avaliações tão diversas e, não raro, contraditórias por parte de historiadores e analistas de toda a ordem como o papel desempenhado pelas forças armadas no seio das sociedades, tanto no presente como no passado. Todavia, uma constante parece irrecusável neste particular: ao longo dos tempos, os centuriões e as suas tropas têm-se mostrado quase invariavelmente fiéis defensores (quando não serventuários) dos estratos dominantes, por mais atrabiliária ou injustificada que se possa revelar a sua proeminência. Em muitos casos, longe de garantirem a segurança dos respectivos territórios contra ameaças externas, os militares funcionam antes como instrumentos de opressão sobre as populações de que emergem, apenas salvaguardando os interesses dos detentores do poder político e económico.

Uma das raras excepções a esta regra quase universal encontra-se no exército parlamentar que lutou contra os partidários de Carlos I e os venceu durante a Guerra Civil inglesa ocorrida na década de 40 do século XVII. Para tal diferença, mais do que quaisquer outros indivíduos ou grupos, contribuiu a tendência política cujos adeptos ficaram conhecidos pela designação de *Levellers* (niveladores).

Curiosamente, porém, na grande maioria das obras teóricas que a eles se reportam, as suas origens, motivações, componentes e objectivos têm sido sobretudo analisados nos planos económico-social, religioso, ideológico e institucional. Apenas um número diminuto de estudos atribui importância adequada à dimensão castrense que acompanha e permeia por completo essa facção durante a sua breve passagem pela História.

Não obstante, várias das figuras nela influentes, entre doutrinadores e activistas (John Lilburne ou Eduard Sexby, por exemplo), pertenceram ao exército em alguma fase das suas vidas ou mantiveram estreitas relações com os militares, como sucedia com John Wildman. Também alguns

^{*} Departamento de Estudos Anglo-Portugueses.

oficiais superiores vieram a tornar-se adeptos incondicionais ou, no mínimo, defensores fervorosos do movimento, sendo embora esse apoio muito mais notório entre capitães e subalternos.⁽¹⁾

Por outro lado, não haverá nada de excessivo em sugerir que, sem o exército parlamentar e, em especial, sem o descontentamento nele provocado em 1647 pela maioria presbiteriana, nunca os *Levellers* poderiam ter um papel comparável ao que efectivamente desempenharam na história inglesa da época. É, com efeito, de se haverem tornado os principais paladinos das reivindicações de soldados e oficiais face ao poder e à sociedade em geral que decorre parte significativa da influência por eles exercida na vida pública durante os últimos anos da Guerra Civil.

Poder-se-á, mesmo, afirmar que, no essencial, a capacidade de intervenção política dos *Levellers* durou praticamente tanto tempo quanto aquele ao longo do qual o Parlamento e os generais recusaram ou protelaram qualquer resposta positiva a essas pretensões. Quando, em 1649, a maioria delas se encontrava já, pelo menos no plano pecuniário, satisfeita ou em vias disso, as últimas tentativas de sublevação inspiradas pelos activistas fracassaram ou foram contidas sem dificuldade, entrando o movimento em dissolução inevitável.

Em 1647, de facto, o exército parlamentar tornara-se, a muitos títulos, um aliado precioso dos *Levellers*. Nunca antes e apenas raramente depois, uma estrutura militar revelara, de resto incentivada pelos próprios quadros, uma tão forte propensão para o debate religioso, o qual, quase invariavelmente, dava lugar à controvérsia sobre questões político-sociais. Coexistindo com uma disciplina inflexível aceite pela grande maioria, essas tendências inéditas propiciavam a troca de ideias, a reflexão sobre problemas socioprofissionais e, ínevitavelmente, a discussão ideológica, desenvolvendo uma consciência política e uma capacidade reivindicativa sem qualquer paralelo nos exércitos seiscentistas. Se tais características, por um lado, conferiam às forças em consideração uma grande eficácia, por outro, tornavam-nas potencialmente perigosas para a facção parlamentar que, em princípio, as dirigia, sobretudo a maioria presbiteriana da Câmara dos Comuns.

⁽¹⁾ Cf. A. L. Morton, "Introduction", in A. L. Morton (ed.), *Freedom in Arms.* A Selection of Leveller Writings, Lawrence and Wishart, London, 1975, pp. 25-26.

⁽²⁾ Cf. A. L. Morton, op. cit., p. 21. Veja-se também Correlli Barnett, Britain and Her Army 1509-1970. A Military, Political and Social Survey, Penguin Books, Harmondsworth, 1974 (1970), pp. 101-102.

Para melhor se compreender e avaliar o alcance dos nexos de vária ordem estabelecidos entre os *Levellers* e os meios castrenses, convirá recuar à formação das forças parlamentares, passando-se depois a um breve exame da origem social dos seus elementos.

A Guerra Civil começou em 1642 sem que praticamente qualquer das facções em confronto dispusesse de algo semelhante a um verdadeiro exército. Esta situação, diga-se, pouco tinha de anómalo numa Grã-Bretanha cuja insularidade evitara qualquer invasão depois da conquista normanda e que, desde o final da Guerra das Rosas, não conhecera, durante cerca de 160 anos, o flagelo das operações em larga escala no interior do seu território. O monarca, é certo, tinha consigo a aristocracia e, nessa medida, a grande maioria dos chefes militares, vários dos quais haviam comandado forças inglesas na Guerra dos Trinta Anos ao serviço de estados protestantes. Porém, apenas podia contar com uma diminuta parcela das já de si quase inoperantes milícias⁽³⁾ e, quando muito, com regimentos embrionários em fase de recrutamento por aristocratas que decerto não suportariam os custos de manutenção *ad aeternum*.

Em contrapartida, o Parlamento, para além de ter do seu lado as restantes unidades da milícia, controlava aquele que, à época, constituía o mais eficiente e operacional corpo militar inglês: os seis mil homens das companhias de infantaria conhecidas por *London trained bands*. De resto, em qualquer dos campos eram visíveis as insuficiências de vária ordem inerentes a quase todas as forças armadas de então, insuficiências apenas mais tarde superadas com o aparecimento de verdadeiros exércitos permanentes inteiramente submetidos aos órgãos de soberania dos respectivos países.

Durante os primeiros combates (1642-43), muitas vezes saldados com baixas anormalmente graves, tornaram-se evidentes de parte a parte diversos erros estruturais, desde as mais elementares falhas logísticas a problemas de disciplina. Entre eles, começava já a ser notório um (porventura o mais importante) dos motivos que, mais tarde, contribuiriam para lançar as forças parlamentares contra a entidade política por elas

⁽³⁾ O controlo das milícias locais foi, em 1642, tentado quer pelo Parlamento (mediante o estatuto conhecido por *Militia Ordinance*) quer, pouco mais tarde, pelo monarca, através dos meios tradicionais (*Comissions of Array*). De qualquer modo, a reduzida capacidade operacional da milícia estaria longe de justificar uma tal competição.

servida: o atraso excessivo no pagamento das soldadas. Assim, a superioridade financeira do Parlamento apenas começaria a dar alguns frutos ao longo de 1644, sobretudo na batalha de Marston Moor, onde a cavalaria da *Eastern Association*, 40 sob o comando de Oliver Cromwell, decidiu em grande medida a vitória sobre as forças do rei.

De qualquer modo, nem os generais nem os próprios políticos, cuja interferência na condução das operações criava por vezes problemas ainda maiores, souberam explorar convenientemente o sucesso obtido. De resto, o exército parlamentar conservava ainda muito do carácter eventual, da dispersão de comandos e da falta de homogeneidade típicos das mesnadas feudais. Este panorama desolador prometia uma guerra desnecessariamente longa com meias vitórias de parte a parte, um sacrifício excessivo de vidas e o correspondente acréscimo de instabilidade económica, social e institucional para todo o país. Uma única excepção se perfilava: os *Ironsides*, esquadrões de cavalaria da *Eastern Association* organizados e treinados por Cromwell, os quais se viriam a tornar, no caso das forças parlamentares, exemplo e ponto de partida para a reforma estrutural por que estas passariam dentro de pouco tempo.

Para a constituição deste exército de "tipo novo" (New Model Army, adiante referido por NMA) contribuíram muitos aspectos inovadores introduzidos na arte militar durante a Guerra dos Trinta Anos pelas tropas suecas de Gustavo Adolfo. Para além da extraordinária aptidão operacional repetidas vezes demonstrada pelo NMA, os efectivos (cerca de 22 mil homens) contribuíam, por si sós, para o tornar uma força armada muito respeitável para a época. A infantaria integrava 12 regimentos apeados e 1 de dragões, ultrapassando, ao todo, os 15 mil combatentes, enquanto os quase 7 mil de cavalaria se dividiam por 11 regimentos. Para chefiar esta máquina de guerra então sem paralelo, o Parlamento escolheu o seu principal organizador, Thomas Fairfax, um general de 33 anos, cabendo o comando da cavalaria a Oliver Cromwell.

Depois de se haver iniciado em operações de pequena monta ao lado de outras tropas parlamentares durante as primeiras campanhas de 1645, o *NMA* venceu em Naseby, a 14 de Junho desse mesmo ano, a batalha decisiva (ainda que não final) da Guerra Civil. Eventualmente integrado por outras forças, atingiu em pouco mais de dois anos um

⁽⁴⁾ Associação de sete condados do Leste da Inglaterra favoráveis à causa parlamentar, para a qual contribuíam com fundos e com numerosos voluntários.

estatuto de verdadeiro exército nacional que manteria até ao final do regime republicano. Mais, ainda: impôs-se como uma espécie de censor vigilante do poder, como instituição paralela capaz de, a breve trecho, sobrepujar a própria Câmara dos Comuns.

Embora as relações quotidianas entre soldados e quadros se pautassem por uma democraticidade e por um companheirismo ainda invulgares na sociedade civil da época e quase impensáveis mesmo em exércitos de séculos posteriores, o *NMA* não podia deixar de, com muito maior fidelidade do que o Parlamento, reflectir a estrutura social do país. (5) No essencial, a maioria dos seus membros provinha do que se poderia designar por camadas centrais da população, situando-se entre a *gentry* e a *yeomanry*, embora alguns radicassem na aristocracia e decerto muitos outros em zonas inferiores da pirâmide social. Assim, o exército como que se rarefazia no tocante às faixas extremas, representando, em mais de 50% estratos de algum modo possidentes e, nessa medida, menos sujeitos a pressões de nobres, patrões ou mestres.

Particularizando em relação aos soldados, será curial começar pela arma predominantemente ofensiva que não raro decidia a sorte dos combates: a cavalaria. Embora formassem o escol do *NMA* e de praticamente todos os exércitos coevos, estes homens estavam longe de receber compensações materiais correspondentes ao que lhes era exigido. Desde logo, tinham de possuir e manter o cavalo com que combatiam, o mesmo se aplicando a armas e a outros equipamentos. Em tais condições, dificilmente indivíduos de estatuto económico débil poderiam fazer parte da cavalaria. Ainda que o vencimento, depois da formação do *NMA*, fosse comparativamente elevado (2 xelins e 6 dinheiros diários), teria de cobrir a manutenção do cavalo, estando, além disso, sujeito a eventuais cortes e atrasos de vários meses.

De acordo com H. N. Brailsford, apenas o preço da montada seria susceptível de atingir 20 libras, bem mais do que um assalariado rural conseguia ganhar ao longo de um ano de trabalho. Uma parte desse valor, é certo, poderia ser obtida por donativos e colectas nas regiões de origem dos combatentes, havendo também oficiais que, como Cromwell,

⁽⁵⁾ Cf. Christopher Hill, *The World Turned Upside Down: Radical Ideas During the English Revolution*, Penguin Books, Harmondsworth, 1975 (1972), p. 58.

⁽⁶⁾ Cf. H. N. Brailsford, *The Levellers and the English Revolution*, Spokesman, Nottingham, 1976 (1961), p. 146.

contribuíam para as despesas das suas unidades.⁽⁷⁾ De qualquer modo, o serviço como soldado de cavalaria apenas se tornava comportável a indivíduos pertencentes, pelo menos, à camada média-baixa da sociedade. Seria esse o caso de filhos de lavradores proprietários de terras ou de rendeiros com certa abastança e, em percentagem muito menor, de artesãos e assalariados do comércio. Com efeito, a vida militar, mesmo neste exército superiormente organizado para os padrões do século XVII, estava ainda longe de constituir a carreira algo atraente e promissora em que se viria a tornar poucos anos mais tarde, pelo menos até ao fim da fase republicana.

Que levaria, então, estes homens a abdicar voluntariamente de um relativo conforto material, não raro a sacrificar a vida ou, no mínimo, a juventude e perspectivas bem melhores? Embora os motivos presumíveis sejam inúmeros, entre eles contar-se-iam decerto a defesa dos ideais puritanos, o fascínio da aventura, a busca da ascensão social e a aversão ao despotismo ou ao próprio regime monárquico.

Se a cavalaria era integralmente formada por voluntários, na infantaria, o número destes já não alcançava metade dos efectivos. Aqui, a maioria dos soldados havia sido sujeita ao recrutamento obrigatório (pressing), enquanto outros eram prisioneiros feitos aos realistas que assim compravam uma liberdade pírrica. Naturalmente impopular, embora universal nos exércitos da época, o alistamento forçado tocava, em regra, aos mais pobres e desprotegidos, originando graves injustiças no plano individual.⁽⁸⁾ Os próprios chefes militares, como sucedia com Fairfax e Cromwell, procuravam, na medida do possível, evitar o recurso a essa prática de há muito reconhecida como origem de desertores e de combatentes desmotivados. De qualquer modo, muitos destes indivíduos trazidos à força numa quase total ignorância do que sucedia pelo país, tomavam rapidamente consciência, em contacto com camaradas de armas mais esclarecidos, das iniquidades a que estavam sujeitos. Em certos casos, vinham assim engrossar a falange de apoio às tendências radicais que se desenvolviam nas fileiras.

Durante pouco mais de seis anos, período em que decorreram as

⁽⁴ vols.), Harvard University Press, Harvard, 1937-47, vol. I, p. 248.

⁽⁸⁾ Cf. H. N. Brailsford, op. cit., p. 10l.

duas fases da Guerra Civil, a origem social dos oficiais sofreu, entre as forças parlamentares, assinaláveis alterações. De facto sobretudo a partir de 1645, o oficialato deixou de ser quase exclusivamente preenchido pela aristocracia, passando a compreender um número crescente de membros da *gentry*, da burguesia e, mesmo, de soldados promovidos por distinção, prática esta de novo tornada impensável após a restauração da monarquia. (9) Correspondentemente, a percentagem de oficiais oriundos ou próximos de famílias nobres, presbiterianas embora, era muito menor no *NMA* do que nas primeiras tropas parlamentares organizadas quando a guerra teve início.

Apesar do elevado nível operacional atingido pelo *NMA*, as suas facetas mais inovadoras não têm tanto a ver com os aspectos militares em si, onde seguia rumos já trilhados pelo exército sueco, como, especialmente, com diversos tipos de intervenção política. A exemplo do que vinha sucedendo na Europa das guerras religiosas e na Inglaterra durante os reinados dos dois primeiros Stuarts, o quadro ideológico da década de 40 implicava ainda uma dependência ou, pelo menos, uma estreita continuidade entre o religioso e o político. Era, então, já possível, quase fácil, dar um pequeno salto lógico, transpondo a exigência de liberdade cultual e a rejeição "congregacionalista" da hierarquia anglicana para o plano da sociedade civil e da vida institucional. Era igualmente viável e óbvio retirar daí as necessárias ilações.

Tudo isto, naturalmente, sucedia entre os *Ironsides*, para os quais o puritanismo, sob a sua forma a um tempo mais disciplinada e contestatária, se tornaria em breve indissociável do radicalismo político. Ora, estando aquela unidade na origem do *NMA*, os seus vectores ideológicos viriam forçosamenta a impregnar a mentalidade dos outros combatentes a ela agregados, (10) formando-os em algo muito diferente dos instrumentos dóceis a acríticos que, na sua grande maioria, eram os soldados da época. (11)

⁽⁹⁾ Cf. Correlli Barnett, op. cit. p. 98.

⁽¹⁰⁾ Cf. G. E. Aylmer, "Introduction", G. E. Aylmer (ed.), *The Levellers in the English Revolution*, Cornell University Press, Ithaca, New York, 1975, p. 11: "According to some conservative contemporary observers, the mental atmosphere of the army resembled (in modern terms) something like a mixture of a revivalist religious congress and an extreme left-wing political debating society."

⁽¹¹⁾ Cf. H. N. Brailsford, *op. cit.*, p. 143. Veja-se também Correlli Barnett, *op. cit.*, pp. 101-102.

Também no tocante a preparação cultural, as tropas parlamentares, em especial as de cavalaria, ultrapassavam largamente não só os exércitos coevos, mas, ainda, a média dos seus estratos sociais de origem e da população inglesa em geral. O grau de alfabetização dos efectivos revelavase extremamente elevado para o tempo: quase todos os soldados de cavalaria sabiam ler e escrever, enquanto apenas cerca de 20% dos de infantaria eram analfabetos. (12) Entre os oficiais, também com relevo para os cavaleiros, contavam-se indivíduos de assinalável eclectismo intelectual, tendo vários deles passado por universidades e sendo quase todos versados em assuntos teológicos.

Um dado importante deverá, contudo, ser tido em conta neste particular: durante pouco menos de dois anos (de Junho de 1646 a Maio de 1648), o exército não entrou em qualquer combate, tal proporcionando às tropas uma significativa diminuição das tarefas militares, mesmo tendo em conta as frequentes deslocações a que eram obrigadas. Embora raramente aludido pelos especialistas, esse longo acréscimo de tempo livre não poderá deixar de ser incluído entre os factores propiciatórios do surto de activismo político que avassalou as tropas entre as duas fases da Guerra Civil.

É indubitável que, nesse período, os militares alcançavam um crescente relevo na sociedade e na vida política inglesas. Tal proeminência veio, de certo modo, colmatar um notório vazio de poder, servindo, em medida apreciável, para contrabalançar as clivagens do Parlamento e as decisões não raro inconsequentes da sua maioria. Terminada a primeira fase da Guerra Civil, com o monarca prisioneiro, os deputados presbiterianos viram-se (algo apressadamente, de resto) senhores virtuais do país, esquecendo com relativa ligeireza os interesses mais prementes do exército, principal sustentáculo do seu poder.

Longe de avaliarem de forma realista a correlação de forças então existente e apenas baseados no seu discutível estatuto maioritário, entenderam ser chegada a época de se imporem, na religião e na política, a todo o país. Para tal, desde logo tentaram proceder à depuração dos oficiais independentes, afectos a Cromwell, cujo prestígio e predomínio numérico já eram incontestáveis. Mais, ainda: persistiram no erro de adiar indefinidamente qualquer decisão quanto ao pagamento das soldadas em atraso.

⁽¹²⁾ Cf. H. N. Brailsford, op. cit., pp. 147-148.

Acresce também que, talvez considerando improvável o reacender da guerra e descontentes com a visível radicalização do exército, os dirigentes parlamentares pareciam inclinados a dissolvê-lo total ou parcialmente para, em seu lugar, criarem uma nova força mais adaptável aos seus desígnios. De acordo com esse projecto, nem sequer as tropas eventualmente mantidas ao serviço ficariam por muito tempo no centro dos acontecimentos ou, mesmo, na Inglaterra, devendo a sua maioria participar em operações punitivas na Irlanda. Para além de criar atritos irreversíveis com todos os estratos de um exército que tão bem lhe havia servido os propósitos, a maioria presbiteriana contribuiu para acelerar a sua transformação numa frente político-militar cada vez mais decidida e insubmissa.

Foi neste contexto castrense que, ao longo de 1647, os *Levellers* alcançaram um rápido ascendente, sobretudo através dos representantes dos soldados conhecidos por *agitators*,⁽¹³⁾ *adjutators* ou *agents*. Por geração espontânea entre os militares ou, muito mais provavelmente, por influência dos princípios defendidos pelo movimento,⁽¹⁴⁾ a eleição dos primeiros delegados teve início durante a última semana de Abril.⁽¹⁵⁾ Já integralmente baseado no princípio do sufrágio universal, então ainda impensável à escala de qualquer sociedade, o processo desenvolveu-se, em cada regimento, a partir de unidades menores (esquadrões ou companhias), cada uma das quais escolheria o seu próprio grupo de agentes.

Estas várias deputações formavam uma assembleia regimental, de que se destacavam "dois ou mais" agitadores, (16) destinados, por seu

⁽¹³⁾ O termo *agitator* era empregado ao tempo com o significado de "agente", "representante" ou "delegado". Sobre este assunto, veja-se Pauline Gregg, *Free-Born John: A Biography of John Lilburne*, J. M. Dent & Sons, London, 1986 (1961), p. 167.

⁽¹⁴⁾ Cf. A. S. P. Woodhouse, "Introduction", in A. S. P. Woodhouse (ed.), Puritanism and Liberty. Being the Army Debates (1647-49) from the Clarke Manuscripts with Supplementary Documents, Dent, London, 1986 (1938), pp. 22-23.

⁽¹⁵⁾ A primeira referência à intenção de eleger delegados das unidades surge cerca de um mês antes em *An Apology of the Soldiers to all their Commission Officers* (26 de Março de 1647).

⁽¹⁶⁾ Cf. A Solemne Engagement of the Army, under the Command of his Excellency Sir Thomas Fairfax, read, assented unto. and subscribed by all Officers, and Souldiers of the severall Regiments at the generall Rendezvouz neare Newmarket, on the fift of June 1647, in A. L. Morton (ed.), op. cit., pp. 105-106: "[...] the souldiers of this

turno, a integrar um conselho representativo de todos os soldados. Este resultou numa ponte directa e segura entre os *Levellers* e os escalões inferiores do exército, cabendo o papel individual mais proeminente a Edward Sexby, então soldado de cavalaria e tenente-coronel três anos mais tarde. Rapidamente alcandorados ao estatuto de verdadeiros comissários políticos das forças parlamentares, os agentes concitaram desde cedo a desconfiança e, em medida crescente, o temor dos generais, fazendo valer os direitos dos soldados perante eles e perante a facção presbiteriana. Neste processo constrangidamente tolerado pelos comandos, foram os regimentos de cavalaria os primeiros a eleger representantes, também aqui patenteando o seu mais elevado índice de consciência política.

A singular coesão várias vezes demonstrada pelo *NMA* tanto em campanha como, mais tarde, na luta política implicava um intenso espírito de corpo, o qual resultava não só de uma certa homogeneidade social e confessional, mas também das próprias vicissitudes da guerra e da paz. Desde logo, tratava-se de uma força que, enfrentando todos os seus inimigos no interior do país e tendo batido relativamente cedo os mais ostensivos, viria a receber duros e inesperados golpes de parte da rectaguarda por ela defendida.

Tal decorria principalmente da já intensa luta pelo controlo do *NMA* que então se travava entre presbiterianos e independentes. Os primeiros, cuja posição maioritária na Câmara dos Comuns lhes conferira grande capacidade decisória na condução dos combates, viam com crescente receio a ascensão de Cromwell e dos independentes agrupados em seu redor. Daí as diversas medidas, quase sempre inoportunas, com que visavam aumentar ou, pelo menos manter a sua influência sobre quadros e soldados, entre as quais o corte de verbas destinadas aos militares ou o atraso no seu pagamento.

Sentindo-se objecto de injustiça por parte da instituição que lhe dera origem e a favor da qual combatia, o exército procurava numa estreita fraternidade entre companheiros de armas a segurança e a solidariedade que o Parlamento quase nunca lhe proporcionava. Depositários exclusivos

Army [...] were enforced to [...] chuse out of the severall Troops and Companies severall men, and those out of their whole number, to chuse two or more for each Regiment, to act in the name and behalfe of the whole souldiery of the respective Regiments Troops and Companies, in the prosecution of their rights and desires [...]".

de confiança e lealdade seriam, portanto, quer os generais de grande proeminência, sobretudo Fairfax e Cromwell, quer a maioria dos oficiais, cujas relações com os soldados se revelavam muito mais urbanas e igualitárias à que vulgarmente sucedia no quotidiano social.

Neste contexto, era inevitável o surgimento de diversas reivindicações, as quais começaram a tomar forma durante os primeiros meses de 1647, tendo, naturalmente, um papel fulcral na confluência dos *Levellers* com os soldados e na sua episódica aproximação do poder. Convirá, assim, referi-las segundo uma ordem susceptível de traduzir, pelo que se depreende da documentação existente e de algumas interpretações recentes sobre esses dados, o presumível grau de importância que terão assumido na opinião generalizada dos militares.⁽¹⁷⁾

Estes últimos tinham como exigência prioritária o pagamento dos vencimentos em atraso. Além disso, recusavam qualquer participação coerciva na planeada expedição à Irlanda. Não aceitavam, por outro lado, o licenciamento enquanto lhes não fossem entregues as quantias de que eram credores. Pretendiam igualmente a publicação pelo Parlamento de uma lei de amnistia para os actos praticados pelos combatentes durante o período de beligerância. Outras medidas consideradas urgentes eram a atribuição de auxílio permanente a viúvas e orfãos de mortos em combate, assim como a abolição do recrutamento obrigatório.

Torna-se praticamente irrecusável que as reivindicações do exército tinham, na sua grande maioria, um alcance profissional, quase se diria corporativo, nelas predominando sem dúvida as de índole pecuniária. Como se compreende, os princípios de ordem mais geral, envolvendo questões políticas ou sociais, ocupariam, com excepção da exigência de liberdade religiosa, um lugar comparativamente secundário. Embora, em termos globais, os militares do *NMA* revelem uma acuidade notável na sua progressíva tomada de consciência face às controvérsias institucionais da época, foi sobretudo o contacto com os *Levellers* que tanto lhes veio fortalecer a capacidade reivindicativa, como os alertou para esses problemas, à primeira vista muito distantes, mas sem cuja resolução os outros se manteriam indefinidamente. Tal cooperação, portanto, conferiu às pretensões castrenses um relevo e um alcance ideológico que jamais

Sobre as reivindicações do exército, vejam-se: H. N. Brailsford, *op. cit.*, pp. 169-173 e *passim*; Pauline Gregg, *op. cit.*, pp. 161-163; G. E. Aylmer, "Introduction", in G. E. Aylmer (ed.), *op. cit.*, p. 12.

conheceriam se a acção do movimento não se tivesse feito sentir nas fileiras.

A extraordinária precocidade histórica dos *Levellers* e, em grau pouco menor, do próprio contexto político-militar em que se desenrolou a sua trajectória suscitam reflexões e permitem aventar hipóteses, nem sempre despiciendas, sobre alternativas que, noutras condições, se poderiam ter aberto ao movimento. Desde logo, sem ele, Cromwell e os independentes não teriam decerto ido tão longe, tanto no seu corte com a autocracia feudalizante representada por Carlos I, como na luta contra a nova intolerância religiosa que uma igreja presbiteriana estatal poderia originar.

Por outro lado, se, com o reacender da Guerra Civil, não se tivesse verificado uma trégua entre as duas facções, com o correspondente ganho em coesão no seio do NMA, tornar-se-ia pelo menos admissível uma vitória dos realistas porventura coligados com os presbiterianos e os escoceses. Todavia, na eventualidade, altamente improvável para a época, de os Levellers conseguirem acesso permanente ao poder, tal apenas aconteceria mediante uma estreita coligação com os independentes, os quais, por seu turno, nunca aceitariam colaborar com a ala mais radical do movimento, corporizada em William Walwyn, Richard Overton e outros. De resto, a evolução geral das forças parlamentares pode ser encarada como uma sucessão de alianças de curta duração em que os independentes quase nunca deixaram de desempenhar o papel de pivot, com parceiros que compreenderam sobretudo os presbiterianos e os Levellers, mas quase chegaram a incluir o próprio monarca. Alianças, afinal, logo desfeitas, à medida que a facção em última análise por elas mais beneficiada (invariavelmente Cromwell e os seus apoiantes) atingia capacidade de manobra suficiente para dispensar os seus episódicos aliados.